

## **O PAPEL DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA NA PREVENÇÃO E NO COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL**

**Cmt. Int. Paulo de Tarso Resende Paniago**  
Abin

O contexto atual de globalização econômica marcada pela evolução tecnológica, principalmente nas áreas de comunicação e transportes, propiciou o contato entre culturas antes isoladas. A mobilidade de pessoas, a possibilidade de expansão dos negócios, muitos dos quais realizados virtualmente, o advento da internet como ferramenta de acesso a conhecimentos e comunicação quase ilimitados e as crescentes correntes migratórias a partir de países pobres, responsáveis pela formação de expressivas minorias étnicas nas grandes potências da Europa e da América do Norte, fizeram aflorar divergências religiosas e ideológicas que, alimentadas pela intolerância e pelo radicalismo, atingem seu ápice em ações de violência.

O terrorismo se insere nesse processo. O propalado diálogo entre civilizações, notadamente a cristã, a judaica e a muçulmana, vem se tornando mais difícil à medida que países ocidentais estabelecem presença nas terras consideradas sagradas do Islã e, aos olhos dos nativos, profanam o que para eles representam valores a serem preservados. Por outro lado, a forte presença dos adeptos dessa religião no Ocidente não configura aceitação dos valores que os rodeiam. A arma destes, que se consideram mais fracos e injustiçados, passa a ser o terror contra os ocidentais, porque têm consciência de sua condição de inferioridade no campo de batalha militar tradicional.

Em quaisquer situações de antagonismos e conflitos, a atividade de Inteligência torna-se indispensável, e cresce seu grau de importância na mesma proporção em que a situação se agrava.

Se, na época da Guerra Fria, a Inteligência era utilizada para espionagem mútua pelos pólos ideológicos dominantes, na atualidade, os desafios representados pelo terrorismo islâmico estimulam o êxito do trabalho de coleta de informações e elaboração de cenários. Um dos principais aspectos a serem considerados no combate ao terrorismo é a dificuldade em caracterizar o inimigo. No caso do terrorismo de inspiração fundamentalista islâmica, em um universo aproximado de 1,4 bilhão de muçulmanos, qualquer pessoa pode estar a serviço do extremismo e disposta a imolar-se pela causa do Islã. Ao mesmo tempo, os serviços de Inteligência dos países atingidos, sejam ocidentais ou islâmicos, não devem se deixar levar pela paranóia de considerar todos os fiéis muçulmanos como inimigos.

A inserção do Brasil nesse complicado quadro se faz por meio da presença de comunidades muçulmanas que vivem em várias regiões do País, notadamente em São Paulo/SP, onde há cerca de 1,5 milhão de adeptos da religião, e em Foz do Iguaçu/PR, que conta com uma comunidade de aproximadamente 20 mil membros. No País, há 50 mesquitas e diversas entidades de ensino e de divulgação da cultura islâmica, tanto da corrente sunita quanto da xiita. Os projetos dessas comunidades de construção de novos centros e mesquitas evidenciam sua predisposição em permanecer e ampliarem sua presença no Brasil, pátria considerada hospitaleira e tolerante com estrangeiros e confissões religiosas. O principal contingente de muçulmanos radicados no Brasil é de libaneses xiitas, mas também há palestinos e libaneses sunitas.

Os atentados terroristas ocorridos na Embaixada de Israel em 1992 e na Associação Mutual Israelita da Argentina (Amia) em 1994, ambos em Buenos Aires, ativaram, pela primeira vez, o alerta do órgão de Inteligência do Brasil no tocante à presença e à atuação de terroristas na América do Sul. Diante das afirmações de organismos congêneres de outros países de que os mencionados atos tiveram como base de apoio o território nacional, o País sofre pressões para a adoção de medidas que visem a neutralizar eventuais ameaças terroristas, incluindo o aprimoramento do controle de estrangeiros e do envio de recursos financeiros ao exterior.

Em 1999, o governo brasileiro criou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que, entre outras funções, recebeu a incumbência de participar das ações de prevenção de atos terroristas por meio de operações próprias, análises estratégicas e intercâmbio de dados e informações com serviços de Inteligência aliados e órgãos de segurança nacionais. O esforço brasileiro nesse sentido mostrou-se compatível com a conjuntura internacional, uma vez que, com os atentados terroristas ocorridos em Nova Iorque e Washington, em 2001, o tema tornou-se prioridade máxima dos Estados Unidos da América (EUA) e de outros países europeus, à medida que esses também passaram a ser ameaçados e atingidos.

A Abin, como o principal órgão nacional de prevenção ao terrorismo, assumiu um papel fundamental no acompanhamento, em território brasileiro, de suspeitos de serem membros de organizações extremistas ou de lhes prestar apoio financeiro, logístico ou de recursos humanos. No âmbito do intenso processo de globalização, anteriormente mencionado, a Inteligência vem observando a movimentação de religiosos entre o Brasil, os países do Oriente Médio e vizinhos da América do Sul, principalmente a Argentina e o Paraguai, com os quais se forma a Tríplice Fronteira, local considerado pelos EUA como problemático do ponto de vista de suposto financiamento do terrorismo pelos muçulmanos ali radicados.

A resposta da Abin a essa ameaça tem sido a implementação de ações sistemáticas na Tríplice Fronteira e em São Paulo para o acompanhamento das atividades e dos contatos de pessoas consideradas suspeitas. Esse trabalho também visa a obter elementos que possam assessorar o governo brasileiro no posicionamento internacional a respeito do tema.

Outro ponto importante é o intercâmbio de informações com serviços estrangeiros.

O Brasil, por intermédio de delegações multissetoriais, participa de fóruns multilaterais de âmbito regional e supra-regional, onde a cooperação contra o terrorismo é tema dos trabalhos. Entre os principais, estão o Grupo de Trabalho Especializado (GTE)

do Mercosul; o Grupo 3+1, que inclui os países da Tríplice Fronteira e os EUA; o Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (Cicte), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo de Atuação Financeira Internacional (Gafi), que trata da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

Internamente, a institucionalização do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), criado em 1999, do qual a Abin é o órgão central, possibilita permanente interação para troca de informações, experiências e consolidação de parcerias.

Dessa forma, o Brasil vem criando condições para cumprir as recomendações contidas na Resolução nº 1.373, de 28 set. 2001, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que inclui um conjunto de regras para o controle de operações financeiras, combate à lavagem de dinheiro ligada ao financiamento do terrorismo, fiscalização das fronteiras e certificação de segurança de portos e aeroportos. Ainda no âmbito dos instrumentos normativos da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil aderiu a todas as convenções sobre combate ao terrorismo.

Embora não exista uma lista que reconheça as organizações que o País considera terroristas, sua condição de membro da ONU e signatário da citada resolução o impele a seguir a lista da organização, onde estão inseridos a Al-Qaeda e o grupo talibã.

Um campo de atuação ainda a ser explorado em profundidade é o financiamento ao terrorismo. A falta de pessoal especializado em número suficiente e o acesso deficiente aos dados do sistema financeiro impedem que se conheça em detalhes as operações suspeitas. Essa lacuna tem sido suprida por meio do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda, criado em 1998.

Cumpram-se, entretanto, que essa fragilidade é verificada em muitos países. Especialistas acreditam que, devido ao imenso volume de operações financeiras realizadas todos os dias no mundo, o rastreamento dessas movimentações deve ser feito apenas nos casos de pessoas suspeitas e tão-somente com o intuito de

corroborar ou refutar indícios, visto ser muito difícil caracterizar o financiamento do terrorismo, devido ao fato de que as organizações extremistas, muitas vezes, escondem-se sob a fachada de instituições de caridade, empresas, fundações e associações.

A Inteligência está cada vez mais voltada para a aquisição de capacidade para antecipar ameaças terroristas. Para o sucesso de suas ações, entretanto, existem algumas condições fundamentais:

- estudo contínuo de organizações terroristas bem como de movimentos guerrilheiros, grupos e indivíduos de alguma forma relacionados a esta atividade, abrangendo seus antecedentes históricos, motivações, estrutura, bases de apoio e tendências;

- implantação de banco de dados específico, voltado ao acompanhamento e identificação de organizações e grupos suspeitos;

- controle da movimentação de alvos de interesse, dentro de um país e internacionalmente;

- formação de uma rede de informantes, sobretudo nas áreas que tenham colônias de etnias, migrantes e/ou refugiados, em cujo país de origem existam atividades terroristas;

- infiltração de agentes em organizações e grupos terroristas, ou de apoio a ações terroristas;

- desinformação de dados de interesse para as organizações terroristas com a finalidade de iludir, confundir e/ou conduzir ao erro aquelas organizações, facilitando a detecção de seus componentes, assim como o acompanhamento de suas ações;

- contrapropaganda, que será de especial relevância na formação da opinião pública em favor das ações de Inteligência; e

- detenção de pessoas para interrogatório e possibilidade de deportação, desde que mediante fundamentação e com controle externo voltado à prevenção de excessos.

A Inteligência brasileira tem se adaptado às condições econômicas, políticas e sociais do País. O crescimento das suspeitas de financiamento do terrorismo, o proselitismo religioso radical feito por clérigos vindos de países muçulmanos, o homizio, em

território nacional, de pessoas supostamente ligadas a grupos extremistas e a possibilidade de recrutamento de combatentes brasileiros convertidos ao Islã demandam o incremento das ações da Abin nesse campo com a conseqüente necessidade de adequação do aporte financeiro, de pessoal e tecnologia. Além desses aspectos, a atualização da legislação brasileira e o respeito aos direitos humanos vêm se impondo como uma necessidade.

As pressões internacionais para que o Brasil seja um parceiro ativo das grandes potências no combate ao terrorismo internacional já são sensíveis e tendem a crescer. A participação nesse processo vai ao encontro dos interesses do País, de maior presença no cenário mundial, inclusive com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A Inteligência é um dos principais instrumentos para o Brasil atender as demandas e enfrentar tais pressões. Todavia, para que isso ocorra, é necessário que esse setor governamental esteja preparado e equipado para cumprir sua missão de forma satisfatória, caso contrário, podem tornar-se comuns ações adversas de serviços estrangeiros em território nacional, em flagrante desrespeito à soberania do Estado brasileiro.

\* \* \*  
*EM DEFESA DO BRASIL*